



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE

PROCESSO: 202200010029850

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

Assunto: Esclarecimentos

DESPACHO Nº 197/2022 - SES/CICGSS-06505

Esclarecimentos

IGH

1) DO ITEM 10.9 DO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA. ESCLARECIMENTOS SOBRE A TRIBUTAÇÃO DO CONTRATO

RESPOSTA: Tal requisito é solicitado desta forma porque, conforme explanado pela própria Organização Social, existem participantes possuidoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, logo, se aqueles que não possuem o certificado apresentarem proposta com os encargos patronais, em face daqueles que possuem e apresentarão sem os encargos, haverá uma clara vantagem a estes sobre aqueles. Destarte, tal medida visa exatamente a isonomia entre as entidades que desejam concorrer ao Chamamento Público.

2) DOS DESCONTOS DECORRENTES DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES EM CUMPRIMENTO A DECISÃO JUDICIAL.

RESPOSTA: A Minuta do Contrato de Gestão é clara ao assim dizer:

8.1.1. Será de inteira responsabilidade do PARCEIRO PRIVADO, o fornecimento de materiais, medicamentos, órteses e próteses por ela prescrita que não estejam disponíveis na tabela SUS-SIGTAP;

8.1.2. Sempre que o PARCEIRO PÚBLICO for demandado judicial e/ou administrativamente para o fornecimento de materiais, medicamentos, órteses e próteses que não estejam disponíveis na tabela SUS-SIGTAP, os seus valores serão cobrados do PARCEIRO PRIVADO, por meio de dedução nos valores de custeio do Contrato de Gestão repassados pelo PARCEIRO PÚBLICO;

8.1.3. Fica assegurado ao PARCEIRO PÚBLICO o direito de descontar das faturas devidas ao PARCEIRO PRIVADO, os valores correspondentes ao ressarcimento de que trata o parágrafo anterior, mediante notificação prévia do mesmo;

8.1.4. Quando o PARCEIRO PRIVADO fornecer materiais, medicamentos, órteses e próteses por ele prescrito que não estejam disponíveis na tabela do SUS SIGTAP, o mesmo deverá informar o fato ao PARCEIRO PÚBLICO.

Deste modo tem-se por que as duas questões indagadas são respondidas pela própria minuta contratual.

3) DAS METAS ESTABELECIDAS NO ITEM 9 DO TERMO DE REFERÊNCIA

A GERAT reitera as informações contidas no ANEXO I (000027345646) e esclarece as referências utilizadas para a definição da tais metas, a saber: ***Para o cálculo das saídas hospitalares, considerou-se o número de leitos de internação, a taxa de ocupação de 85% para enfermarias; e os tempos médios de permanência (TMP) para cirúrgica 3 dias e obstétrica 5 dias.***

Cabe ainda informar que as Saídas Cirúrgicas contemplam também as cirurgias programadas e de urgência/ emergência, neste caso relacionados à especialidade de **Ginecologia e Mastologia**

4) DAS OBRIGAÇÕES REALCIONADAS AOS SERVIDORES ESTATUTÁRIOS DISPONIBILIZADOS NA UNIDADE

Por fim, a OSS questiona se a Organização Social Responsável pela gestão das Unidades Hospitalares ficará desobrigada de fornecer auxílio-alimentação aos servidores que recebem até R\$ 5.508,00, conforme a Lei Ordinária 19.951/2017. Neste caso, como os servidores cedidos são integralmente pagos pela folha salarial do Estado de Goiás, certamente, este valor também será repassado diretamente no Contracheque pago pelos cofres públicos, não sendo obrigada a OS a repassar tal valor.

IBGC

Na documentação constante do envelope 02, Proposta de Trabalho, será exigido apresentação de currículo dos profissionais apresentados pela Organização Social?

RESPOSTA: Como já dito em momentos pretéritos por essa Comissão, o formalismo na Administração Pública deve ser sempre utilizado moderadamente, para que não se crie regras esvaziadas de finalidade concreta. Neste caso, entende-se que as documentações comprobatórias dos profissionais é suficiente para ensejar eventual pontuação, não sendo a ausência de currículos elemento suficiente para ensejar redução de notas.

Os diplomas de Gestão em Saúde, Gestão de Excelência em Saúde e Gestão Estratégica em Saúde, desde que tratando-se de pós-graduação serão aceitos?

RESPOSTA: Sim. O que determina se haverá ou não pontuação em um título de pós graduação apresentado, não é o nome do curso e sim a grade curricular do mesmo, de modo que onde se perceba a existência de elementos próprios de gestão em saúde (ainda mais amplo que hospitalar) serão

aceitos e pontuados por essa Comissão. Isso, vale dizer, se aplica sobretudo, pois não há uniformização de nomes em cursos de pós graduação, como ocorrem com os cursos de graduação, de modo que por vezes se verifica “gestão hospitalar, gestão estratégica em saúde, gestão de excelência saúde, gestão em saúde, gestão em serviços de saúde, dentre outros”.

PATRIS

Planta divulgada.

COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE DO (A) SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, ao(s) 23 dia(s) do mês de junho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **LAYANY RAMALHO LOPES SILVA, Presidente**, em 24/06/2022, às 08:33, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 000031189209 e o código CRC D95408FF.

COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE
NAO CADASTRADO, NAO CADASTRADO - Bairro NAO CADASTRADO - GOIANIA - GO - CEP 74000-000



Referência: Processo nº 202200010029850



SEI 000031189209